

História e Política:

**Pensamentos
constitutivos
e críticos**



2

Denise Pereira
Karen Fernanda Bortoloti
(Organizadoras)

Atena
Editora
Ano 2022

História e Política:

Pensamentos
constitutivos
e críticos



2

Denise Pereira
Karen Fernanda Bortoloti
(Organizadoras)

Atena
Editora
Ano 2022

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^ª Dr^ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



História e política: pensamentos constitutivos e críticos 2

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Yaidy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadoras: Denise Pereira
Karen Fernanda Bortoloti

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

H673 História e política: pensamentos constitutivos e críticos 2 / Organizadoras Denise Pereira, Karen Fernanda Bortoloti. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-952-0

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.520221802>

1. História. I. Pereira, Denise (Organizadora). II. Bortoloti, Karen Fernanda (Organizadora). III. Título.

CDD 901

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br



DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

Ao olhar ingênuo a aproximação entre história e política pode parecer tácita, uma vez que é comum dizermos “história política” de um país, por exemplo, todavia não o é. Ao longo do tempo existiram momentos de aproximação, em busca de explicações e apoio, mas também períodos de estranhamento. Alguns pensadores chegaram mesmo a referendar, a partir da História das Ideias, que o pensamento político compunha um mundo à parte, no qual os filósofos debateriam entre si, mesmo distantes no tempo e no espaço.

A distinção entre história, como disciplina e método, e histórico, como característica de processos e práticas que acontecem no tempo e no espaço, não é apenas um recurso para ressaltar extensão da articulação entre história e política. Para além da separação proposta por Weber entre singularidade e generalização, que diferencia analiticamente a causalidade histórica da sociológica, forjou-se um vocabulário que contaminou certos segmentos da ciência política como, por exemplo, tempo, conjuntura, contexto, evento e sequência.

Nos últimos tempos observamos, no Brasil, a aproximação entre História e Política têm recebido uma expressiva revitalização. Observamos, e a obra que temos em mãos é um bom exemplo, um diálogo interdisciplinar mais amplo nos trabalhos específicos da área.

A necessidade deste diálogo para a formação dos pesquisadores das duas áreas e, porque não, para o público em geral, é importante para a compreensão da realidade que nos circunda. Não podemos esquecer que toda a ação política ocorre em um espaço de experiências, construindo e interferindo nas memórias, nas formas de pensar, nas instituições que constituem as comunidades.

Como nos ensinou Hannah Arendt, a política é uma necessidade imperiosa para a vida humana e, ainda maior para a sociedade, sendo, portanto, uma das funções da política garantir a vida dos indivíduos. Como necessidade dos indivíduos, a política interfere na existência e na convivência, cabendo a história elucidar como instituições, partidos, processos eleitorais, já que a nossa democracia é representativa, foram pensados e tornados possíveis em determinadas condições de tempo e espaço.

Assim, é de suma importância que a relação dialogal entre a História e a Política sejam mantidas e aprimoradas de forma prospectiva para a melhor compreensão da sociedade sobre ela mesma, para o entendimento das transformações sócio-históricas, das formas de pensamento.

Esperamos que as leituras destes capítulos possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas reflexões.


Denise Pereira
Karen Fernanda Bortoloti

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

“EMISSÁRIOS E SEUS VERTIGINOSOS PLANOS”: A AÇÃO DE LIBERAIS REPUBLICANOS NA REVOLTA DOS MATUTOS (PERNAMBUCO – 1838)


Manoel Nunes Cavalcanti Junior

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5202218021>

CAPÍTULO 2..... 11

A ARTICULAÇÃO ENTRE CIDADE E SUBJETIVIDADE NA LITERATURA URBANA PÓS-MODERNA

Felipe Dias Ramos Loureiro


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5202218022>

CAPÍTULO 3..... 25

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAHYBA DO NORTE: ESTADO, INTERVENÇÃO LEGISLATIVA, EDUCAÇÃO E SOCIEDADE (1928 – 1930)

Roberto Jorge Chaves Araújo

Jean Carlo de Carvalho Costa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5202218023>

CAPÍTULO 4..... 46

A CONCEPÇÃO DA DOCTRINA REFORMISTA DA IGREJA MEDIEVAL A PARTIR DE ARNALDO DE VILANOVA (SÉCULO XIV)

Nabio Vanutt da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5202218024>

CAPÍTULO 5..... 56

A COOPERATIVIZAÇÃO SOB O REGIME DO KHMER VERMELHO (1973-1979)


Jorge Arbage

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5202218025>

CAPÍTULO 6..... 67

ANÁLISES DE EXPERIÊNCIAS NA PRÁTICA DO ENSINO DA HISTÓRIA E CULTURA AFROBRASILEIRA, AFRICANA E INDÍGENA ENTRE ESTUDANTES NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO

Fabiano Brito Dos Santos


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5202218026>








CAPÍTULO 7..... 80


CONFISSÕES DA MADONNA: A HISTÓRIA DE UMA VÊNUS FEITA ARTE EM WILLENDORF

Carlos Velázquez

Alessandra C. Alcântara

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5202218027>


CAPÍTULO 8.....	93
DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 AO RECONHECIMENTO JURÍDICO E ACESSO CARTORIAL AO CASAMENTO GAY: CAMINHOS E DESCAMINHOS	
Paulo Sérgio da Silva Ana Paula da Silva	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.5202218028	
CAPÍTULO 9.....	104
ECOS DE MEMÓRIA DE UMA ESCOLA CENTENÁRIA	
Tânia Regina da Rocha Unglaub Cleia Demétrio Pereira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.5202218029	
CAPÍTULO 10.....	117
HISTÓRIAS SOBRE JOVENS, REPRESSÃO E CONSUMO DE DROGAS NO BRASIL	
Ana Maria Cardachevski	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.52022180210	
CAPÍTULO 11.....	134
ÍNDIOS PANKARÁ: ENTRE A SERRA E O RIO. HISTÓRIA, MEMÓRIA E ALTERIDADE	
Alberto Reani	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.52022180211	
CAPÍTULO 12.....	147
MEMÓRIA E EFEITO DE SENTIDO DA FILIAÇÃO NAS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS DE 1934 E 1988	
Flávia David Vieira Edvania Gomes da Silva	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.52022180212	
CAPÍTULO 13.....	167
NO VÁCUO DO TEMPO PRESENTE: O PASSADO DO BRASIL ENTRE NARRATIVAS	
Arthur Henrique Lux Lobo	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.52022180213	
CAPÍTULO 14.....	182
O BANCO MEDICI NA ERA DE COSIMO, O VELHO, COMO INSTRUMENTO DE CONSOLIDAÇÃO DO PODER POLÍTICO-ECONÔMICO: A PERSPECTIVA DE MAQUIAVEL E GUICCIARDINI	
Bianca Coradin Benedeti	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.52022180214	
CAPÍTULO 15.....	189
O TRABALHISMO VARGUISTA ENTRE AS TRINCHEIRAS DA OPOSIÇÃO (1943-1945)	
Juliana Martins Alves	

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.52022180215>

CAPÍTULO 16.....201

OS PENSAMENTOS POLÍTICOS DE MICHEL FOUCAULT E NORBERTO BOBBIO
ACERCA DA FUNÇÃO SOCIAL DOS INTELLECTUAIS

Rodrigo Davi Almeida

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.52022180216>


CAPÍTULO 17.....212

POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO E AVALIAÇÃO: POLÍTICAS DE ESTADO OU
POLÍTICAS DE GOVERNO?

Rafael Ângelo Bunhi Pinto

Silvana Maria Gabaldo Xavier

Giane Aparecida Sales da Silva Mota

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.52022180217>


CAPÍTULO 18.....226

RELATOS DE UMA EXPERIÊNCIA NA PRESERVAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE ACERVOS:
OS ACERVOS TEATRAIS ALOCADOS NA SALA ANTÔNIO MANOEL DE SOUZA
GUERRA CEDOC/UFSJ

Berilo Luigi Deiró Nosella

Fabiana Siqueira Fontana

Isabela Francisconi

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.52022180218>

CAPÍTULO 19.....234

TEKOHA: LUGAR DE MEMÓRIA E VIDA


Raul Claudio Lima Falcão

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.52022180219>

CAPÍTULO 20.....247

UMA ANÁLISE SOBRE A (NÃO) PARTICIPAÇÃO POPULAR NO PROCESSO DE
TOMBAMENTO

Priscila Angelo Tarabossi

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.52022180220>

SOBRE AS ORGANIZADORAS.....259

ÍNDICE REMISSIVO.....260

A COOPERATIVIZAÇÃO SOB O REGIME DO KHMER VERMELHO (1973-1979)

Data de aceite: 01/02/2022

Data de submissão: 01/11/2021

Jorge Arbage

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências
Humanas da Universidade de São Paulo
(FFLCH-USP)
São Paulo – SP

RESUMO: Entre 1975 e 1979, o Khmer Vermelho, liderado por uma misteriosa figura conhecida pelo pseudônimo Pol Pot, empreendeu uma das mais radicais e violentas revoluções da história humana. Em um evento violento e sem paralelos no século XX, o regime aboliu a vida urbana ao evacuar as cidades e deslocar todos os cidadãos para cooperativas agrárias no interior. A cooperativização no Kampuchea Democrático foi um processo radicalmente anti-urbano, cuja manifestação ocorreu de forma singular. Aqui, busco analisar a cooperativização e suas raízes: quais elementos levaram a sua implementação de forma tão radical e violenta; de onde provém o forte espírito anti-urbano dos comunistas cambojanos; de que forma a cooperativização se inseria no projeto do Partido Comunista do Kampuchea; e, por fim, como era a vida dos antigos residentes urbanos dentro delas.

PALAVRAS-CHAVE: Cooperativização; Khmer Vermelho; Camboja; Partido Comunista do Kampuchea; Pol Pot.

THE COOPERATIVIZATION UNDER THE KHMER ROUGE REGIME (1973-1979)

ABSTRACT: Between 1975 and 1979 the Khmer Rouge, led by a mysterious figure known as Pol Pot, initiated one of the most radical and violent revolutions in human History. In an event with no parallel in the XX century, the regime evacuated the cities and transferred all its citizens to the countryside. The cooperativization in the Democratic Kampuchea was a radical and unusual anti-urban process. This article's aim is to analyse the cooperativization and its roots; which elements made its implementation so radical and violent; where the Cambodian Communists' anti-urban spirit came from; how the cooperativization was related to the goals of the Communist Party of Kampuchea; and how the life of the former urban residents was inside the cooperatives.

KEYWORDS: Cooperativization; Khmer Rouge; Cambodia; Communist Party of Kampuchea; Pol Pot.

1 | AS EVACUAÇÕES (1973-1975)

Phnom Penh caiu nas mãos do Khmer Vermelho em 17 abril de 1975, nas primeiras horas da manhã. Depois de quase uma década de guerra, todos foram às ruas celebrar o fim do conflito, saudando os conquistadores. “De repente, todo o mundo para o que está fazendo para observar os caminhões entrando na cidade”, escreveu uma testemunha, “eles sorriem, riem, e acenam de volta para a população tal qual o rei faz quando passa” (UNG, 2017, p. 30).

Mas o clima de euforia rapidamente arrefeceu. Poucas horas depois, as tropas deram início à evacuação da capital, ordenando que todos evacuassem suas casas, sob a alegação de que os americanos iriam bombardear a cidade. Foi um evento brutal. Em algumas regiões, os cidadãos tiveram somente alguns minutos para partirem; nos hospitais, os Khmer Rouges arrastavam os doentes para fora de suas camas e aqueles debilitados demais para partir eram mortos nos próprios leitos ou arrastados pelas ruas, abandonados à própria sorte. Até idosos em asilos foram retirados à força, independentemente de suas condições. “Um espetáculo alucinatório”, assim definiu um padre francês à medida que via a evacuação ocorrer (PONCHAUD, 1978, p. 6). Em questão de horas, o Khmer Vermelho evacuou uma cidade que, naquele momento, possuía cerca de dois milhões de habitantes. De súbito, Phnom Penh virou uma cidade morta. Entre 1,5 e 2,5 milhões de pessoas foram forçadas a abandonar a cidade, caminhando por dias rumo a cooperativas agrárias no interior do país, sem nenhuma estrutura de auxílio, suprimentos médicos, locais para dormir ou alimentação disponíveis ao longo das estradas (ECCC, 2010, pp. 60,61).

Não foi um evento sem precedentes, os Khmer Rouges vinham implementando o seu projeto anti-urbano e evacuando populações já havia dois anos. Kratie foi a primeira grande cidade a ser evacuada, em 1973. No ano seguinte, foi a vez das cidades de Kompong Cham e Oudong que, em um evento repleto de crueldade, foi esvaziada e, então, incendiada. Por fim, veio a vez de Phnom Penh.

Sua evacuação não fora realizada para proteger seus cidadãos de um suposto bombardeio, tampouco para evitar a fome, como alegariam figuras importantes do Khmer Vermelho anos depois. Evacuar as cidades era uma ação deliberada e premeditada pelo Partido Comunista do Kampuchea (CPK), e condição irrevogável para a implementação de um projeto agrário de nação, cujo objetivo final era a cooperativização total da sociedade cambojana. Como abordaremos adiante, é impossível falar dos três processos a seguir de forma isolada: a evacuação urbana, a cooperativização e o Plano Econômico de Quatro Anos. Os três estavam intrinsecamente conectados - eram, de certa forma, um único projeto. Não seria, portanto, coincidência que as evacuações urbanas tenham começado em 1973, mesmo ano em que o Partido começou a implementar a cooperativização; tampouco seria coincidência a implementação do Plano Econômico em 1976, após as evacuações terem sido realizadas e a população urbana ter sido “depositada” (este era o termo oficial) nas cooperativas no interior.

Para entender como ocorreu o processo no Kampuchea Democrático, precisamos ir às raízes do projeto dos comunistas khmer. Há, em especial, quatro elementos que nos ajudam a compreender porque o processo de cooperativização se deu de forma tão radical no Camboja. São estes: a ausência de uma análise própria da sociedade cambojana; a inversão das estatísticas a respeito do campo; a idealização da figura do camponês; e, por fim, um complexo de inferioridade revertido em obsessão pela autossuficiência e pelo resgate de uma grandeza antiga. Abordemos cada um dos pontos.

2 | A FALTA DE ANÁLISE E POBREZA TEÓRICA DO PARTIDO COMUNISTA DO KAMPUCHEA

Os comunistas cambojanos jamais elaboraram um corpo teórico sólido e coerente. Tomemos como exemplo que o estatuto adotado no nascedouro do Partido Revolucionário do Povo Khmer (KPRP)¹, embora muito semelhante ao do Partido dos Trabalhadores do Vietnã (VWP), possuía duas diferenças fundamentais: a primeira, a ausência de um programa de reforma agrária; a segunda, e mais importante, o fato de não fazer menção alguma ao marxismo-leninismo. Ademais, no estatuto do KPRP foram retiradas todas as referências a Marx e Engels que estavam presentes no estatuto do VWP (KIERNAN, 2004, p. 84; CHANDLER, 1991, p. 51).

Nos anos 1960, inspirados pelo diagnóstico da China pré-revolucionária feito pelo Partido Comunista Chinês, Pol Pot e seus seguidores adotaram a posição teórica de definir o Camboja como um país semifeudal, ou seja, eles tomaram como base uma análise chinesa para uma experiência chinesa. Há, ainda, um outro ponto a se destacar: esse novo diagnóstico, o de uma sociedade semifeudal e semicolonial, contrasta com a visão que o Partido Comunista da Indochina possuía sobre o Camboja, que o definia como um local de capitalismo nascente (KIERNAN, 2004, p. 323).

A pobreza teórica do CPK se revela especialmente na análise de classes. Os comunistas de Hanói estavam alarmados com o desenvolvimento teórico do grupo de Pol Pot e alegavam que os cambojanos ainda não haviam estabelecido claramente a divisão de classes da sociedade khmer, uma divergência que era do conhecimento da alta hierarquia do Partido (CHEA, 1987). Desde 1957 os comunistas da Indochina, especialmente os vietnamitas, indicavam erros em tais análises, mas foram ignorados pelos partidários do CPK (CHANDLER; KIERNAN; BOUA, 1988, p. 219).

Documentos de 1971, momento do início da consolidação da ideologia do Khmer Vermelho, já nos revelam a fragilidade teórica do CPK. Ben Kiernan indica a ausência de uma análise dialética do tema e a vulgarização da palavra “exploração”. Além do mais, como ele analisa em seus estudos, os documentos nos mostram que as palavras “classe”, “camada” e “estrato” eram utilizadas sem diferenciação entre elas (KIERNAN, 2004, p. 325). Um dos documentos chega a descrever classe como “nível de pessoas com tendências políticas distintas” e alega que “os revolucionários estão no meio; as organizações revolucionárias estão por trás dos revolucionários; e as massas ao redor das organizações”, sem dar maiores detalhes ou explicações sobre o que seria “estar no meio” ou “por trás”; também cita que o Camboja possui duas classes, mas não diz quais seriam elas (CHANDLER, 1991, p. 208; tradução nossa).

1 O Partido Revolucionário do Povo Khmer (KPRP) foi o primeiro partido comunista do Camboja. Em 1960, ele seria refundado como Partido dos Trabalhadores do Kampuchea; e, em 1966, refundado novamente, desta vez sob o nome de Partido Comunista do Kampuchea (CPK).

2.1 As estatísticas

O resultado será visto nas estatísticas. Ao contrário de outros países da região, não havia no Camboja uma massa campesina despossuída e desterrada, sendo a maioria do campesinato composta por camponeses médios ou pequenos proprietários autossuficientes. Nas mais altas projeções, o campesinato sem propriedade da terra correspondia a 20% da população (SUMMERS, 1987).

O Partido, porém, declamava uma outra realidade. Pol Pot falava constantemente que a parcela de camponeses sem terra própria correspondia a 80%. Não se trata somente de um simples erro de paralaxe, mas de uma completa inversão dos fatos. Hou Yuon, importante figura do comunismo khmer, já havia alertado anos antes da tomada do poder para a distorção da realidade do campo, alegando que o Partido estava se alimentando de um modelo dicotômico entre campo e cidade que existia em outros países da região, mas não no Camboja (SHORT, 2004; KIERNAN, 2004). Consequentemente, os números do CPK contradiziam as estimativas e os estudos dos principais economistas do país, de modo que aparentavam ser “projeções defeituosas à nível nacional de dados retirados de estudos de algumas localidades específicas” (SUMMERS, 1987, pp. 12,13; tradução nossa). É importante analisarmos esta inversão porque muitas das medidas radicais que os Khmer Rouges implementariam relativas à destruição da sociedade urbana e à priorização do campo foram justificadas, dentre outros argumentos, pelo empoderamento do agricultor sem-terra.

2.2 O Homem Ideal: o camponês

Tal desenvolvimento intelectual levou a uma idealização das figuras do camponês e do campo. Esse ideal campesino se refletiria mais tarde em pequenas atitudes, como a imposição aos membros do Partido que usassem os trajes típicos dos camponeses (imposição que, a partir de 1972, seria expandida para toda a população sob comando do Khmer Rouge); e, posteriormente, em grandes ações, como a evacuação das cidades e a destruição da sociedade urbana.

Um documento elaborado pela liderança afirmava que o Partido não se apoiava sobre os trabalhadores urbanos, pois “havia só os camponeses”. Isso implicará na ausência de projeto urbano por parte do CPK. Como Kiernan escreve: “Não havia política de organização para os trabalhadores, nem para os pobres da cidade [...] Tais declarações do CPK podem ser vistas como um antecedente direto da decisão de evacuar as cidades” (KIERNAN, 2004, p. 324; tradução nossa).

Além da crença na capacidade das massas em superar condições históricas, os comunistas khmer herdaram do maoísmo o anti-intelectualismo e o “espírito maoísta” de “uma utopia rural radical”, como certa vez definiu o filósofo polonês Leszek Kolakowski. Pol Pot resgatou valores que já haviam sido vistos na China, especialmente no Grande Salto

e na Revolução Cultural, como o desprezo pelo abismo entre trabalho braçal e intelectual, além da desconfiança dos intelectuais. Por conseguinte, o culto do campesinato resultará na primazia do trabalho braçal sobre o intelectual (BEZERRA, 2013, p. 69).

Uma das narrativas que mais seria vista no Kampuchea Democrático é precisamente a da purificação do homem pelo trabalho. A propósito, um dos mais famosos lemas do regime seria: *Seu diploma é o campo!* Serão inúmeros os relatos a respeito do tratamento da população urbana “depositada” nas cooperativas, sempre em torno da narrativa do trabalho braçal e da glorificação do suor como forma de purificação. Um exemplo perfeito provém de uma testemunha que relatou os gritos constantes dos soldados de sua cooperativa: “Olhem suas mãos! Elas estão acostumadas a segurar canetas, não a trabalhar pesado!” (KIERNAN, 2008, p. 174; tradução nossa).

2.3 O Império Angkor

“Se nosso povo teve a capacidade de construir Angkor, nós podemos fazer tudo”, proclamou Pol Pot em 1977, naquela que foi a única vez em que o líder se dirigiu ao povo do Camboja². O Império Angkor fora um dos mais poderosos da história do Sudeste Asiático, no auge de sua extensão, por volta do século X, chegou a conquistar quase toda a Indochina. Nada exemplifica melhor o seu poderio do que suas maravilhosas construções de pedra no magnífico templo de Angkor Wat, localizado na antiga capital do Império, Angkor. As ruínas da cidade e de seu templo encantariam os colonos franceses, que publicariam uma extensa quantidade de obras a respeito delas na Europa, onde criou-se uma enorme mitologia ao redor do Império Khmer: o mito da civilização gloriosa que caiu em desgraça, cujas ruínas hoje se encontram em um país atrasado e selvagem. Os franceses deram, nas palavras de um especialista em história do Camboja, uma “prestigiosa história aos cambojanos que, como povo colonizado, eles não estavam preparados para saber lidar” (CHANDLER, 1999a, p. 12; tradução nossa).

Guerras contra os povos da Tailândia e do Vietnã foram consumindo o Império até ele se extinguir no século XVI. A partir de então, o país se tornou uma colcha de retalhos nas mãos de tailandeses e vietnamitas, que lutavam pelo que sobrou do território. Os séculos de fragmentação política e a perda de independência levaram a intelectualidade do Camboja a alimentar a ideia de que seu país estava sob eterna ameaça de seus vizinhos e que estes pretendiam, assim que fosse lhes dada a chance, invadir novamente o Camboja. “Um país com um senso de catástrofe”, escreveu Becker, “um povo que fora ensinado pelos colonialistas que a raça deles fora ameaçada pelos seus vizinhos ambiciosos, e cuja cultura havia atingido o zênite séculos antes” (BECKER, 1998, p. 4; tradução nossa). Nas palavras de Philip Short, o resultado foi “um maciço complexo de inferioridade nacional que encontrou refúgio nos sonhos de uma grandeza antiga” (SHORT, 2004, p. 25; tradução nossa). A historiografia cambojana passará a ser tomada por um sentimento apocalíptico,

² 29 de setembro de 1977.

um senso de eterna catástrofe, um discurso no qual sempre se falará sobre uma possível extinção do Camboja, ao mesmo tempo em que se relembra a glória passada (HELDER, 1978).

Nascia, pois, o mito fundador: o Império Angkor constituía a prova de que o Camboja era uma nação que possuía a grandeza em seu passado, mas esta lhes fora roubada. A ideologia do CPK era uma mistura de orgulho pela capacidade construtiva do povo khmer e ódio aos estrangeiros por sua participação na queda do Império. A autossuficiência tornou-se uma obsessão monomaniaca. Em especial, havia a preocupação com o controle da água³, pois acreditava-se que o sucesso do Império provinha de dois motivos: a mobilização em massa da sociedade khmer para o trabalho; e do controle da água através de diques e canais, o que permitiria produzir arroz em grande quantidade (KIERNAN, 2008). Como veremos, as cooperativas foram um resgate de ambas ideias.

3 | O PLANO ECONÔMICO DE QUATRO ANOS

O CPK se reuniu entre julho e agosto de 1976 para a elaborar *O plano de quatro anos do Partido para a construção do socialismo em todos os campos 1977-1980*. Nas palavras de Pol Pot, o objetivo era:

Transformar o Camboja de um país rural atrasado em um país com agricultura moderna de 10 a 15 anos; e de um país industrialmente subdesenvolvido em um país com todas indústrias básicas de 15 a 20 anos... (POT, 1978a, p. 16; tradução nossa).

A ideia por detrás do plano era extremamente simples: produzir a maior quantidade de arroz possível, exportá-lo e, com o dinheiro obtido, investir em outros setores da economia. A tabela 56 do plano, nomeada “Plano para acumular capital por meio de vários produtos”, indicava que até 1980, 92,9% do capital da economia do Kampuchea Democrático seria proveniente da exportação de arroz (CHANDLER; KIERNAN; BOUA, 1988, pp. 40, 106).

Do mesmo modo, o plano carregava consigo muitas das noções de autonomia e independência do CPK, dentre elas, a ideia de que a consciência revolucionária e a mobilização das massas eram mais relevantes que a técnica, a ciência e as condições materiais. Nas palavras de Pol Pot, “se a consciência socialista e a revolução socialista são fortes, elas irão, definitivamente, *se tornar uma força material poderosa*”. No plano, o Partido chegou a afirmar que a “*tecnologia não é um fator decisivo*; os fatores determinantes de uma revolução são a política, o povo revolucionário, e os métodos revolucionários” (CHANDLER; KIERNAN; BOUA, 1988, pp. 19,48; itálicos meus).

Em seu fascínio pela autossuficiência, o CPK foi ao extremo. O objetivo – que mais tarde seria incluído no plano - era produzir três (e no futuro até seis) toneladas métricas de

3 A obsessão por diques e arrozais pode ser vista no brasão de armas do Kampuchea Democrático. Outro exemplo da influência do Império pode ser visto na nova bandeira de 1976, em cujo centro estavam as três torres do templo de Angkor Wat.

arroz por hectare, um evidente sinal do quanto o CPK possuía desprezo pela ciência e pela experiência empírica, haja vista que mesmo antes da guerra e da destruição do campo a média de produção do Camboja era uma tonelada e, em geral, de arroz de baixa qualidade, devido à pouca modernização do campo. A meta estabelecida pelo DK era simplesmente incompatível com a capacidade do Camboja. Pol Pot chegou a dizer que “no ano de 1980, nós poderemos facilmente conseguir de 10 a 11 toneladas por hectare” (CHANDLER; KIERNAN; BOUA, 1988, p.11; tradução nossa). Em outras palavras, o líder acreditava ser possível aumentar em 10 vezes toda a média de produção histórica do Camboja ao longo de somente quatro anos. Se todos os trabalhadores estivessem reunidos no campo tomados pelo espírito revolucionário, independentemente das limitações do país, eles poderiam, subitamente, duplicar, triplicar, quadruplicar sua produção. Vickery escreve:

Embora uma política de concentrar toda a população em trabalho produtivo pareça racional, o método escolhido para implementar tal política – forçando residentes urbanos inexperientes em campos nus ou florestas, sem ferramentas suficientes ou instrução – era economicamente irracional. A irracionalidade foi alimentada nos anos seguintes por novas escolhas deliberadas que, como a política inicial, devem ter sido ditadas, acima de tudo, por considerações políticas ou ideológicas mais do que por um objetivo de recuperação econômica... (VICKERY, 1984, pp. 154,155; tradução nossa)

Como se vê, medidas como a evacuação das cidades e a cooperativização – intimamente conectadas, posto que a cooperativização dependia da massa de deslocados (“depositados”) das cidades – estão intrinsicamente conectadas ao projeto econômico de Pol Pot. A relação pode ser vista no número de evacuados para o Noroeste do Camboja, região com alta produtividade de arroz. De 1975 até o início de 1977, o Noroeste iria receber cerca de um milhão de “depositados”, como consta no próprio plano (CHANDLER; KIERNAN; BOUA, 1988, p. 52; tradução nossa).

4 | A VIDA NAS COOPERATIVAS

Até 1973, a população das zonas conquistadas vivia nos chamados “grupos de ajuda mútua”, pequenas comunidades agrícolas que englobavam de 10 a 15 famílias, nas quais os camponeses detinham a posse dos equipamentos, da terra e de seus produtos, e pagavam taxas relativamente baixas ao Partido. O modelo havia se provado bem-sucedido e popular (KIERNAN, 2008, p. 167).

Em maio de 1972, o Comitê Central se reuniu e aprovou o projeto da cooperativização. Um ano depois o novo projeto foi efetivado e o CPK deu início ao novo processo: as primeiras unidades agrárias criadas pelo Khmer Vermelho, os “grupos de ajuda mútua”, foram fundidas entre si em cooperativas menores que englobavam algumas dezenas ou centenas de pessoas. Com o tempo, especialmente a partir de 1975, o processo se intensificou e as pequenas cooperativas [*low-level cooperatives*] passaram a ser, novamente, unificadas, originando enormes cooperativas que podiam englobar até milhares de pessoas. Esse

novo regime de organização, a cooperativização da qual estamos falando, trouxe o fim da posse dos bens aos camponeses e destruiu radicalmente a vida privada ao tomar medidas como a obrigatoriedade de usar determinadas roupas e de se alimentar somente por meio de refeições comunais. Toda e qualquer forma de propriedade privada estava banida, algo que a partir de 1976 seria levado ao extremo com o confisco de todos os objetos pessoais. No regime das cooperativas, homens, mulheres e crianças deveriam trabalhar no campo sob a supervisão dos soldados e entregar todo o produto de seu trabalho ao Khmer Rouge. O descumprimento das regras nas cooperativas constantemente levava à morte.

Apesar da alegação de que estava criando uma sociedade sem classes, o Khmer Rouge dividiu a nova população em dois grupos: o Povo Base [*Base People*], os camponeses e a população rural; e o Povo Novo [*New People*], as pessoas provenientes das cidades⁴. Foi o Povo Novo o que mais sofreu sob o regime de Pol Pot, experimentando além dos deslocamentos forçados, condições desumanas nos campos de trabalho (obras e cooperativas). Um dos lemas do KR era voltado diretamente para eles: *Mantê-los não é nenhum benefício. Destruí-los não será nenhuma perda!*

Com a implementação da cooperativização e da coletividade vertical, teve início o processo de destruição das religiões, da vida familiar e de qualquer forma de individualidade. A doutrina do CPK previa lealdade total a *Angkar*⁵ e aqueles que fossem pegos se alimentando em casa, plantando, colhendo ou pescando alimentos para si, estavam sujeitos à morte. Qualquer relação sexual ou de intimidade fora do casamento era considerada imoral; havia, inclusive, um artigo no Código Moral do Partido relativo à questão. Sexo sem matrimônio era considerado mau hábito e aqueles que fossem descobertos eram considerados inimigos e, portanto, estavam sujeitos à punição. Implementou-se também uma hedionda política de casamentos forçados que levou a estupros em massa. Entre 1975 e 1979, dezenas de milhares de pessoas foram forçadas a se casar, submetidas a estupros e outras formas de violência. Acredita-se que, aproximadamente, 200.000 mulheres possam ter sido forçadas a casar por ordem do Partido (ECCC, 2010, pp. 51, 59; LANGIS et al, 2014, p. 30).

A fome estava em todo lugar: de um lado, um projeto de agricultura rudimentar que produzia pouco, sem tecnologia ou uso de técnicos; do outro, um aspecto ainda mais grave, um Partido que confiscava absolutamente toda a produção das cooperativas e determinava o quanto o trabalhador iria receber para comer. Em muitas cooperativas, os trabalhadores recebiam poucas centenas de gramas de arroz por dia como alimentação, trabalhavam até 12 horas diárias, 7 dias por semana (ECCC, 2010; KIERNAN, 2008; PONCHAUD, 1978; SHORT, 2004). Também é importante lembrar que no regime de refeições comunais, sendo a refeição controlada pelo Partido, era comum o ato de punir indivíduos através do controle da quantidade de alimentos.

4 Oficialmente, eles serão chamados de “Depositados”, pelo motivo de terem sido deslocados das cidades para serem “depositados” em cooperativas.

5 *Angkar*, “A Organização”, era a maneira como o Partido Comunista do Kampuchea se autodenominava.

Nos hospitais, onde os medicamentos eram escassos, os simpatizantes e quadros do CPK recebiam melhores tratamentos. A desigualdade era revoltante e a zombaria ao Povo Novo era recorrente, os Khmer Rouges costumavam dizer: “Vocês agora são prisioneiros de guerra. Nós passamos fome por cinco anos. Agora é a vez de vocês!” (PONCHAUD, 1978, p. 61; ECCC, 2010, pp. 51, 59). O Povo Base, os camponeses, também estava sujeito a um regime brutal de trabalho, fome e terror, mas a condição de vida deles era relativamente superior à dos “depositados” das cidades, visto que eram observados com menos desconfiança pelos quadros locais.

As condições higiênicas eram terríveis, a carga de trabalho insustentável; aqueles que não morriam nos campos, morriam sob a paranoia de um regime que executava centenas de pessoas por dia nos chamados campos da morte [*killing fields*]. Não havia nenhum acesso à medicina de qualidade, o tratamento era extremamente rudimentar e na maioria dos casos feito por mulheres sem nenhuma formação oficial. Mais assustador ainda é que muitas das “enfermeiras” e “doutoras” do CPK tinham entre 12 e 14 anos (ECCC, 2010, p. 82). Um relatório do campo de Prey So, relativo aos 10 primeiros meses de 1977, indica que dos 2.000 trabalhadores do arrozal, 192 deles - quase 10%, a maioria menor de 20 anos - morreram por doença (CHANDLER, 1999b, p. 31).

Apesar disso, Pol Pot declarou publicamente que as cooperativas permitiram “melhorar consideravelmente as condições de saúde” (POT, 1978b, p. 4), que “95% da população goza de melhores condições de vida do que no antigo regime” (POT, 1978d, p. 12), que “em todo lugar, eles [o povo] usufruem de cuidados médicos, tem doutores e centros médicos à disposição, especialmente em cada cooperativa” (POT, 1978a, p. 4), e que “as condições melhoraram para todos. O nível de vida de 90% de nosso povo, incluindo os camponeses pobres, os camponeses médio-pobres, médios camponeses e outros trabalhadores, se elevou” (POT, 1978c, p. 19)⁶.

5 | CONCLUSÃO

A violência da cooperativização do Khmer Vermelho não ocorreu por acaso. Se ela foi mais radical que qualquer outro processo histórico semelhante é porque as premissas dos comunistas cambojanos eram, também, mais radicais. Suas origens se encontram em um sonho de grandeza antigo, em cujo cerne está a obsessão pela autossuficiência e o desprezo pelo empirismo. Para Pol Pot e seus companheiros, o inimigo do Camboja era a própria sociedade, seus vícios e suas estruturas. Sendo o inimigo um elemento estrutural dela própria, não havia outra revolução senão aquela que destruísse, ou ao menos levasse a uma transformação completa, radical e imediata da sociedade khmer. Não é que os Khmer Rouges fossem somente radicais, e eles o eram: o fato é que sob as premissas ideológicas do CPK, *eles simplesmente não poderiam não ser radicais*, posto que uma

⁶ Textos originalmente em inglês: todas as citações deste paragrafo são de tradução nossa.

revolução que não destruísse por completo os resquícios da antiga e moribunda sociedade jamais seria uma revolução verdadeira. Aliado a isso, havia a crença de que era possível controlar a história e apagar de uma só vez o passado e avançar diretamente para o futuro. O *modus operandi* de Pol Pot, sua violência e seu radicalismo, não eram consequências do regime autoritário do Khmer Vermelho... eram elementos fundamentais para a sua própria existência.

REFERÊNCIAS

BECKER, E. **When the war was over**: Cambodia and the Khmer Rouge Revolution. Nova York: PublicAffairs, 1998.

BEZERRA DE MENEZES Jr, A. J. **A Revolução Cultural Chinesa (1966-1976)**: Anti-intelectualismo e anti-humanismo em ação. In: Revista Tempo Brasileiro, abril-junho. Nº 193, 2013.

CHANDLER, D. P. **Brother Number One**: A Political Biography of Pol Pot. Boulder: Westview Press, 1999a.

CHANDLER, D. [P.]. **Voices from S-21**: Terror and History in Pol Pot's Secret Prison. Berkeley: University of California Press, 1999b.

CHANDLER, D. P. **The Tragedy of Cambodian History**: Politics, War, and Revolution since 1945. New Haven: Yale University Press, 1991

CHANDLER, D. P.; KIERNAN, B.; BOUA, C. **Pol Pot Plans the Future**: Confidential Leadership Documents from Democratic Kampuchea, 1976-1977. New Haven: Monograph 33/Yale Southeast Asia Studies, 1988

CHEA, N. **Statement of the Communist Party of Kampuchea to the Communist Worker's Party of Denmark**. In: The Journal of Communist Studies, Vol. 3, 1987

EXTRAORDINARY CHAMBERS IN THE COURTS OF CAMBODIA [ECCC]. **Closing Order: Case File No 002**. 2010. Acessado em 02/01/2019: <https://www.eccc.gov.kh/sites/default/files/documents/courtdoc/D427Eng.pdf>.

HELDER, S. R. **Origins of the Conflict**. In: Southeast Asia Chronicle, Issue no. 64, September-October 1978.

KIERNAN, B. **How Pol Pot Came to Power**: Colonialism, Nationalism, and Communism in Cambodia, 1930-1975. New Haven: Yale University Press, 2004.

KIERNAN, B. **The Pol Pot Regime**: Race Power and Genocide in Cambodia under the Khmer Rouge, 1975-79. New Haven: Yale University Press, 2008.

LANGIS, T. de et al. **Like Ghost Changes Body: A study on the Impact of Forced Marriage Under the Khmer Rouge Regime**. Phnom Penh: Transcultural Psychosocial Organisation, 2014.

POT, P. **Interview to Mr. Jan Myrdal**: Phnom Penh, August 24, 1978. Phnom Penh: Department of Press and Information: Ministry of Foreign Affairs: Democratic Kampuchea, 1978a.

_____ **Interview of Comrade Pol Pot to the Delegation of Yugoslav Journalists in Visit to Democratic Kampuchea.** Phnom Penh: Department of Press and Information Ministry of the Foreign Affairs: Democratic Kampuchea, 1978b.

_____ **Speech by Comrade Pol Pot on the occasion of the 18th Anniversary of the founding of the Communist Party of Kampuchea.** Phnom Penh: Department of Press and Information Ministry of the Foreign Affairs: Democratic Kampuchea, 1978c.

_____ **Pol Pot talks with the delegation of the association Belgium-Kampuchea.** Phnom Penh: Department of Press and Information: Ministry of the Foreign Affairs: Democratic Kampuchea, 1978d.

PONCHAUD, F. **Cambodia: Year Zero.** Nova York: Holt, Rinehart and Winston, 1978.

SHORT, P. **Pol Pot: anatomy of nightmare.** Nova York: Henry Holt and Company, 2004.

SUMMERS, L. The CPK: **Secret Vanguard of Pol Pot's Revolution: A Comment on Nuon Chea's Statement.** In: The Journal of Communist Studies, Vol. 3, 1987.

UNG, L. **Primeiro mataram meu pai.** Rio de Janeiro: HarperCollins, 2017.

VICKERY, M. **Cambodia: 1975-1982.** Singapura: Allen and Urwin in association with South End Press, 1984.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Arnaldo de Vilanova 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55

B

Brasil Império 1

C

Camboja 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 64

Casamento gay 93

Cooperativização 56, 57, 62, 63, 64

Cultura escolar 104, 105, 106, 107, 108, 111, 112, 113, 114, 115

Cultura política 1

D

Direitos 38, 70, 74, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 102, 103, 121, 127, 134, 146, 148, 151, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 165, 190, 191, 192, 193, 194, 197, 199, 213, 218, 245, 247, 248, 249, 252, 257

Doutrina reformista 46, 47, 51, 54, 55

E

Educação 25, 26, 28, 29, 37, 39, 40, 67, 68, 69, 71, 74, 75, 76, 81, 91, 104, 105, 106, 107, 108, 111, 115, 118, 119, 120, 121, 122, 132, 140, 145, 148, 151, 152, 154, 155, 157, 162, 163, 189, 212, 213, 214, 215, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 224, 225, 245, 247, 252, 256, 257, 259

Ensino integrado 67

Extensão 40, 60, 67, 83, 95, 98, 104, 105, 106, 107, 108, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 119, 124, 197, 212, 213, 222

G

Garantias fundamentais 93, 95, 102

H

História 4, 10, 19, 25, 26, 27, 30, 37, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 53, 54, 55, 56, 60, 65, 67, 68, 69, 70, 75, 76, 78, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 89, 90, 91, 104, 107, 109, 110, 111, 112, 114, 115, 118, 121, 125, 131, 132, 134, 135, 136, 137, 141, 143, 144, 145, 146, 148, 149, 151, 166, 167, 170, 171, 173, 174, 177, 178, 179, 180, 181, 183, 185, 186, 187, 189, 199, 200, 201, 202, 207, 210, 226, 227, 228, 231, 233, 234, 241, 242, 245, 246, 248, 249, 253, 259

História da arte 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 90, 91

História indígena 134

Historiografia 60, 67, 68, 104, 107, 108, 115, 155, 169, 171, 172, 175, 176, 177, 180, 186, 226

Homossexuais 93, 94, 95, 97, 98, 100, 103

I

Identidade 17, 22, 71, 77, 93, 96, 99, 102, 108, 110, 111, 112, 134, 139, 140, 142, 143, 144, 145, 150, 221, 236, 237, 240, 242, 243, 249

Igreja 17, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 103, 121, 183, 184, 187

Indissociabilidade entre ensino 104, 105, 107

K

Khmer vermelho 56, 57, 58, 62, 64, 65

L

Legislação 25, 26, 27, 28, 30, 31, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 126, 131, 163, 191, 193, 195, 196, 215, 216, 250

Liberdade sexual 93, 102

M

Memória 17, 20, 42, 44, 55, 104, 105, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 134, 135, 144, 145, 147, 148, 150, 151, 153, 154, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 164, 166, 167, 168, 171, 172, 173, 175, 176, 177, 179, 180, 181, 200, 222, 226, 233, 234, 238, 242, 245, 246, 247, 248, 249, 251, 253, 257

P

Partido Comunista do Kampuchea 56, 57, 58, 63

Pensamento mítico 80, 84, 85

Pernambuco 1, 2, 3, 6, 7, 9, 10, 34, 39, 41, 119, 120, 133, 134, 135, 137, 140, 145

Pesquisa 26, 27, 43, 45, 47, 67, 69, 74, 75, 77, 78, 80, 86, 93, 104, 105, 106, 107, 108, 111, 113, 114, 115, 125, 130, 140, 147, 149, 164, 177, 190, 202, 204, 205, 206, 212, 222, 226, 227, 229, 232, 233, 235, 247, 248

Política 1, 6, 13, 21, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 59, 60, 61, 62, 63, 69, 70, 71, 72, 94, 110, 117, 118, 120, 121, 122, 123, 124, 126, 127, 131, 132, 135, 142, 145, 151, 152, 166, 169, 174, 175, 176, 179, 180, 183, 185, 186, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 198, 199, 200, 203, 206, 207, 208, 209, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 222, 223, 224, 225, 227, 237, 238, 241, 249, 250, 251, 252, 257

Pol Pot 56, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66

Povo Pankará 134, 145

Práticas educativas 104, 107

R

Racionalismo 80, 84, 89

Regência 1, 6, 7, 212

Resistência 9, 35, 67, 68, 69, 73, 120, 122, 123, 131, 134, 135, 139, 145, 169, 191, 234, 243, 244, 251, 255, 256, 257

S

Sociedade 6, 18, 22, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 35, 36, 37, 39, 40, 51, 52, 54, 57, 58, 59, 61, 63, 64, 65, 69, 70, 71, 74, 77, 82, 91, 93, 94, 95, 98, 101, 102, 106, 107, 109, 111, 117, 118, 120, 121, 122, 123, 127, 128, 131, 144, 151, 153, 155, 156, 157, 158, 159, 161, 163, 164, 165, 173, 187, 191, 198, 200, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 217, 221, 222, 223, 224, 225, 230, 232, 235, 240, 244, 249, 252, 255

Super Facto Adventus Antechristi 46

U

União estável 93, 94, 95, 97, 98, 100, 101

V





Vênus de Willendorf 80, 85, 86, 87, 88

História e Política:

Pensamentos
constitutivos
e críticos



2

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br


Ano 2022

História e Política:

Pensamentos
constitutivos
e críticos



2

- 🌐 www.atenaeditora.com.br
- ✉ contato@atenaeditora.com.br
- 📷 @atenaeditora
- 📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br